

21/12/2018

Leis Penais Especiais Objetivo

Professor: Leonardo Galardo

Lei nº. 9.099/1995 – Transação penal – Parte II

Resumo

A transação penal não é um direito subjetivo do autor do fato, e sim um acordo, exigindo-se o consentimento das partes. O MP não é obrigado a oferecer a transação penal.

Presentes os 03 requisitos, cumulativos, do parágrafo 2º do art. 76, o MP vai avaliar e constatar se o sujeito se qualifica para a transação penal, mesmo assim ele ainda vai fazer uma análise mais minuciosa e ver se aplica a transação penal ou não.

Se o MP não ofertar a transação penal e juiz entender que era cabível, o que fazer?

O juiz não pode se colocar no lugar do MP e oferecer a transação penal. Haveria uma violação ao princípio da inércia.

Nesse caso, deve ser aplicada a sumula 696 STF, que diz respeito ao sursis processual.

Art. 28 CPP – regras do arquivamento do inquérito policial. Vamos aplicar essa regra aqui na transação penal. O promotor deixou de oferecer a transação penal e o juiz entendeu que era cabível, o juiz não pode oferecer, eu vou aplicar por analogia a sumula 696 STF, o juiz vai encaminhar os autos para o PGJ (procurador geral de justiça) e ele dará a palavra final.

Art. 28, CPP. Se o órgão do Ministério Público, ao invés de apresentar a denúncia, requerer o arquivamento do inquérito policial ou de quaisquer peças de informação, o juiz, no caso de considerar improcedentes as razões invocadas, fará remessa do inquérito ou peças de informação ao procurador-geral, e este oferecerá a denúncia, designará outro órgão do Ministério Público para oferecê-la, ou insistirá no pedido de arquivamento, ao qual só então estará o juiz obrigado a atender.

Sumula 696 STF - Reunidos os pressupostos legais permissivos da suspensão condicional do processo, mas se recusando o promotor de justiça a propô-la, o juiz, dissentindo, remeterá a questão ao Procurador-Geral, aplicando-se por analogia o art. 28 do Código de Processo Penal.

Considerando que a transação tenha sido feita, §§ 3º e 4º do art. 76.

§ 3º Aceita a proposta pelo autor da infração e seu defensor, será submetida à apreciação do Juiz.

§ 4º Acolhendo a proposta do Ministério Público aceita pelo autor da infração, o Juiz aplicará a pena restritiva de direitos ou multa, que não importará em reincidência, sendo registrada apenas para impedir novamente o mesmo benefício no prazo de cinco anos.

§ 5º Da sentença prevista no parágrafo anterior caberá a apelação referida no art. 82 desta Lei.

§ 6º A imposição da sanção de que trata o § 4º deste artigo não constará de certidão de antecedentes criminais, salvo para os fins previstos no mesmo dispositivo, e não terá efeitos civis, cabendo aos interessados propor ação cabível no juízo cível.

A transação penal não gera condenação, não gera reincidência, ela só é anotada para impedir benefício nos próximos 05 anos, não produz efeitos civis.

Caso o sujeito descumprisse a execução civil tinha que executar o acordo. Se descumpre a transação penal, admite-se o oferecimento imediato da denúncia, com início da ação penal.

Exercícios

1. (FGV- TJ-AL- FGV - 2018 - TJ-AL - Analista Judiciário - Oficial de Justiça Avaliador) Carlos foi denunciado pela prática de crime de lesão corporal praticado em contexto de violência familiar, figurando como vítima seu irmão, Glauber (Art. 129, §9º, do Código Penal. Pena: 3 meses a 3 anos de detenção). A natureza da lesão seria leve e Glauber demonstrou interesse em representar em face do autor do fato.

Considerando que Carlos é primário e de bons antecedentes, sem qualquer outro envolvimento com o aparato policial ou judicial, é correto afirmar que:

- A) não caberá aplicação de qualquer instituto despenalizador previsto na Lei nº 9.099/95, tendo em vista que o crime em questão foi introduzido pela Lei nº 11.340/06 (Lei Maria da Penha), que não admite aplicação desses institutos;
- B) não caberá aplicação de qualquer instituto despenalizador previsto na Lei nº 9.099/95, tendo em vista que o crime imputado não é infração de menor potencial ofensivo;
- C) caberá proposta apenas de transação penal e suspensão condicional do processo, mas não de composição civil dos danos, já que o crime não é de ação penal privada;
- D) caberá proposta de composição civil dos danos, transação penal e suspensão condicional do processo;
- E) caberá proposta de suspensão condicional do processo, mas não de transação penal ou composição civil dos danos.

2. (CESPE- PC-SE- CESPE - 2018 - PC-SE - Delegado de Polícia) A polícia civil de determinado município deflagrou operação a fim de investigar a exploração ilícita de jogo do bicho, promovida pelos denominados banqueiros. Constatou-se que os chamados recolhedores usavam motocicletas para coletar apostas em municípios vizinhos. Identificadas as motocicletas usadas, o Ministério Público estadual requereu a busca e apreensão dos veículos, o que foi deferido pelo juízo competente. Intimado, Antônio, dono de uma das motocicletas e recolhedor de apostas, compareceu à delegacia, ocasião em que firmou compromisso de posterior comparecimento ao juízo criminal e entregou o veículo, após lavratura do competente termo circunstanciado. Na audiência preliminar, o representante do Ministério Público apresentou proposta de transação penal a Antônio: pagamento de dez cestas básicas a uma instituição de caridade. A proposta foi aceita e devidamente homologada pelo juízo. Comprovado o cumprimento da proposta, foi proferida sentença extintiva da punibilidade de Antônio. Na mesma sentença, o magistrado acolheu manifestação do Ministério Público e decretou o confisco da motocicleta de Antônio.

Com referência a essa situação hipotética, julgue o item a seguir, considerando os institutos inerentes à Lei n.º 9.099/1995 e o entendimento dos tribunais superiores acerca da matéria.

A condenação penal de Antônio, em caso de eventual inviabilização da transação penal, dependeria da identificação dos denominados banqueiros que promoviam o jogo do bicho.

Gabarito

- 1.LETRA E.
- 2.ERRADO.